

1

Introdução

Salve o Cristo Redentor, certo?
Rio de Janeiro, Complexo da Maré, Vila do Pinheiro.
Tá surdo? Tá surdo?
A nossa maior conquista é de poder tá vivo, certo?
Nosso objetivo é honrar o nome do mano.
E nossa meta é dominar o Rio de Janeiro, certo?
Se tiver em dúvida vem!
Vem que nosso bonde surpreende, certo, compadre?¹

A idéia inicial deste projeto de mestrado era estudar a vulnerabilidade e a incerteza decorrentes do aumento da sensação de insegurança e medo na cidade do Rio de Janeiro. E como, de alguma maneira, esse medo tem sido historicamente associado ao território ocupado pela população pobre e favelada, as ditas “classes perigosas” (Vilhena, 2005), decidi realizar o meu trabalho de campo no Morro dos Macacos, Zona Norte da cidade. Essa escolha deveu-se a três motivos. Primeiro, porque eu já conhecia o morro, tendo desenvolvido nessa comunidade, durante quatro anos, um trabalho pastoral como integrante de um grupo de religiosos católicos. Portanto, eu poderia contar com auxílio de pessoas conhecidas para realização da pesquisa. Segundo, porque, em se tratando de violência, o Morro dos Macacos é um dos mais violentos da cidade, já que os traficantes que dominam esse morro estão em permanente confronto com os rivais dos morros vizinhos e com a própria polícia. O terceiro motivo é porque durante os anos em que trabalhei nessa comunidade, vivenciei, por inúmeras vezes, aquilo que poderia ser caracterizado como situação de “vulnerabilidade” – estar no meio de um fogo-cruzado, à mercê das balas “perdidas” e das atitudes truculentas e arbitrárias da polícia e dos traficantes. Ou seja, eu me encontrava sem nenhuma proteção e dependendo exclusivamente da sorte ou da fé para sair incólume dali.

Feita a escolha do tema e do local, o passo seguinte foi fazer um “inventário” etnográfico do MCC (como é conhecido o Morro dos Macacos, sobretudo, entre traficantes e afins). Pesquisei a incidência das notícias sobre

¹Trecho do “proibidão” n.º6 (Anexo II).

violência nesse morro publicadas nos jornais cariocas, em especial nos ditos “jornais populares”; estive na comunidade onde entrevistei uma moradora, e ainda busquei saber, em diferentes fontes, um pouco mais a respeito do nome e da história desse morro. Entre as notícias que obtive nessa etapa, uma dizia respeito à realização de um baile funk no CIEP² local, o popular “Brizolão”. Segundo a informante, o baile era promovido pelos traficantes que dominavam o tráfico de drogas. A altura do volume da música era um dos motivos que mais incomodava a vizinhança, seja do morro ou do asfalto. Por intermédio de um jovem morador da comunidade, adquiri um CD de funk produzido por DJs do próprio MCC. Tratava-se de uma mídia de produção caseira e informal, algo muito comum no universo do funk. Nesse primeiro momento, o CD de funk era apenas mais um objeto na composição do meu “inventário” sobre a vida social nessa favela.

Porém, uma única visita foi suficiente para me dar conta que o local escolhido para pesquisa de campo seria de alto risco. O cotidiano do Morro dos Macacos é marcado por tiroteios e confrontos entre os “donos do morro” e os traficantes rivais do Morro do Encontro (que fica na subida da Estrada Menezes Cortes – a Estrada Grajaú-Jacarepaguá). Sem falar das chamadas “ocupações” realizadas, freqüentemente, pelas polícias militar e civil. Essa constatação me fez concluir que a precariedade das condições de segurança dessa comunidade poderia comprometer o desenvolvimento do meu trabalho de campo. Essa freqüente instabilidade me deixaria muito exposto nesse contexto. Foi confortante constatar que diversos autores que pesquisaram fenômenos “marginais” (como as religiões “periféricas”, o “jogo do bicho”, o carnaval, e o próprio funk) encontraram tais limitações para desenvolverem os seus trabalhos de campo.³ A constatação dessas dificuldades, com o respaldo da minha orientadora, me fizeram mudar o foco da pesquisa.

Ciente de que uma investigação mais detalhada de fenômenos “marginais” tem os seus riscos, preferi então seguir o exemplo de pesquisadores mais experientes, e restringi o presente trabalho à análise do conteúdo das músicas do

²Centro Integrado de Educação Popular (CIEP), projeto do secretário de educação Darcy Ribeiro e implementado no governo de Leonel Brizola (1983-86).

³As religiões Afro: Zé Pelintra (Augras, 1997); Escolas de samba e “jogo do bicho” (Cavalcanti, 2003); Baile funk (Costa, 2003); “Funk proibido” (Russano, 2005).

“proibidão”⁴. Através dessa análise espera-se extrair alguns aspectos sociológicos e subjetivos que caracterizam os estilos de vida no território das favelas cariocas. Como se sabe, o discurso, neste caso resultante da produção musical, constitui uma das formas de que os homens dispõem para mostrar quem são.

Avaliando o material que havia obtido até aquele momento, o CD de “funk proibido” me pareceu suficiente em informações sobre as vivências do medo e da violência no contexto da favela. Observei ainda que o “proibidão” não se limitava apenas em descrever os episódios violentos, mas também, de alguma forma, essa produção musical estava se tornando mais uma “arma”, usada para expressar violência e terror dentro e fora das favelas. Talvez esse estilo de música esteja, desse modo, contribuindo para aquilo que Alvito (2001) denominou “imaginário do terror”.⁵

O “funk proibido” abordado neste trabalho é um subgênero do funk produzido e tocado, sobretudo nas favelas cariocas, cujas letras fazem apologia às práticas violentas criminosas. No entanto, isso não significa dizer que a música funk seja instrumento do crime, ou que os MCs e os funkeiros sejam criminosos. A música funk é muito mais que o “proibidão”. A vida na favela não se restringe à produção da violência que, lamentavelmente, tem, ao longo dos anos, caracterizado a imagem desse território e criando estereótipos referentes às populações das favelas. Portanto, repito que o escopo desta dissertação é o estudo do “proibidão”⁶, no intuito de conhecer os estilos de vida e os aspectos subjetivos que movem esses jovens para uma produção musical, a qual, ao que parece, pela sua forma e pelo seu conteúdo, também se constitui em mais uma forma de expressão da violência.

Sendo a violência um tema polêmico e complexo, capaz de criar diferentes e contraditórias formas de entendimento, achamos necessária a antecipação do tratamento teórico dado pela psicologia sobre as representações da violência. Por isso, nessa parte introdutória deste trabalho, apresentaremos primeiro, a maneira como a psicologia social entende o comportamento violento ou agressivo. Em

⁴“Funk proibido” ou “proibidão”, é assim que este subgênero do funk é popularmente conhecido.

⁵O autor identifica o “imaginário do terror” em situações que poder é exercido sem legitimidade, ou seja, apenas pela força da violência, inaugurando o espaço do medo e do terror.

⁶O tema do “funk proibido” foi recentemente objeto de estudo de uma dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Música da UNI-RIO por Rodrigo Rossano (2006), com o título de “Bota o fuzil pra cantar”: o funk proibido no Rio de Janeiro.

seguida, será desenvolvido o ponto de vista de autores da psicologia que têm se dedicado ao estudo e à interpretação do fenômeno da violência nas favelas cariocas.

A psicologia social define agressão ou violência como qualquer comportamento que tenha a intenção de causar danos físicos ou psicológicos em outro organismo (Rodrigues et al., 2001). Nessa definição, observa-se que a característica principal do ato violento é a sua intencionalidade. Nota-se também a ampliação da abrangência daquilo que se entende por comportamento violento, não sendo restrito à violência física ou a atos cometidos apenas entre os seres humanos.

No entendimento desses autores, existem basicamente duas formas de violência ou agressão: a hostil, que é derivada de estados emocionais fortes, como a raiva e a instrumental, que é aquela violência que visa prejudicar, ferir ou magoar alguém apenas como meio de atingir um outro objetivo. Essas duas formas de agressão não seriam excludentes, por isso pode haver comportamentos agressivos motivados pela forma hostil e pela instrumental ao mesmo tempo.

Quanto às explicações teóricas para os comportamentos agressivos, Rodrigues et al. (2001) apontam três categorias: a biológica, a psicológica e a hipótese da frustração-agressão. Os autores que afirmam que as raízes da violência têm um substrato biológico (freudianos, etólogos e alguns sociólogos), se fundamentam na idéia de instinto, de pulsão, ou seja, admitem que a agressão é intrínseca à natureza do homem. Os partidários da origem psicológica da violência, grande parte dos teóricos da aprendizagem, garantem que a violência é aprendida de forma instrumental e observacional, isto é, resultado da socialização. Os teóricos da hipótese da frustração-agressão, a maioria psicólogos sociais, por sua vez, afirmam que os seres humanos têm a tendência inata para responder a estímulos ou situações sociais provocadoras, reagindo contra eles de forma agressiva.

Os fatores que influenciam a violência podem ser classificados de acordo com sua possível origem: a social, por exemplo, o efeito do uso de armas, o resultado da provocação direta da violência (física ou verbal); a presença de estimuladores ambientais (o calor e a superpopulação); ou fatores pessoais:

aqueles que resultam de pessoas cujo padrão de comportamento é extremamente competitivo, essas estão sempre com pressa e são irritadiças e hostis.

A psicologia social nos ofereceu uma análise da violência de um modo geral. Mas o que nos interessa aqui é seguir os profissionais da psicologia que se aventuraram no universo complexo das favelas cariocas, em busca de um entendimento teórico das representações de violência nesse contexto.

Os autores da psicologia que trataram da violência nas favelas do Rio de Janeiro, de certa forma seguem um padrão comum. Apontam três principais fontes geradoras de práticas violentas nesses territórios: a “violência histórica”, a violência da polícia e a violência do narcotráfico. As duas primeiras fontes estão diretamente ligadas à maneira como o Estado e a sociedade têm tratado a favela e os favelados.

A “violência histórica” seria o resultado da postura desrespeitosa do Estado, ao longo dos anos, para com as populações pobres do Rio de Janeiro. Este tema será desenvolvido no primeiro capítulo desta dissertação. Bem antes da Proclamação da República, já existiam medidas de caráter segregatório com a intenção de banir do cenário social uma gama de personagens “indesejados”, ladrões, soldados desertores, vagabundos, prostitutas, bêbados, arruaceiros, sambistas, capoeiras e malfeitores em geral (Zamora, 1999; Augras, 2000 *apud* Vergne, 2002). Mais tarde, os morros e as favelas se consolidaram como o lugar da população pobre na cidade. O alvo das arbitrariedades passava a ser o favelado, e, ao mesmo tempo, observa-se o desenvolvimento da imagem da favela como o “lugar do perigo” e da violência. Os moradores dessas áreas são vistos de forma estereotipada como suspeitos, criminosos e responsáveis por tudo de negativo na cidade. A “violência histórica” pode ser entendida e identificada de forma direta e indireta. A forma direta seria através das políticas arbitrárias de controle social, mediante emprego da força policial e das medidas médico-sanitárias, e a indireta, com a negação das condições mínimas de cidadania (educação, saúde, trabalho, moradia, transporte, segurança).

A violência policial parece ser aquela que carrega maior grau de imputabilidade na geração de violência no universo das favelas. No mínimo é isso que se observa no trabalho de boa parte dos especialistas da psicologia, da sociologia e da antropologia. Essa modalidade geradora de situações de violências

está presente nessas áreas desde o momento em que a favela se configurou no imaginário carioca como “lugar do perigo” e da criminalidade, ou seja, desde o seu início. A polícia tem sido responsável por incontáveis episódios de arbitrariedade e hostilidade junto à população pobre. Isso tem contribuído para torná-la “inimiga” da favela, além disso, esses episódios parecem ter gerado também uma confusão na cabeça do favelado no que diz respeito ao papel da polícia, se ela serve para defendê-lo ou para segregá-lo ainda mais. (Vergne, 2002).

A terceira fonte geradora de violência nas favelas resultaria das ações desenvolvidas por grupos armados do narcotráfico, para manter o domínio de territórios e o comércio de entorpecentes nessas áreas. Como veremos, a partir da década de 1970, os narcotraficantes passaram a usar as favelas e os morros da cidade como base para desenvolver diversas atividades ilícitas, tendo o tráfico de drogas como a principal delas. A disputa pelos pontos de venda de droga (“bocade-fumo”) entre as diferentes facções, e o combate com a polícia, têm colocado cada vez mais população das favelas em condições de vulnerabilidade. Para Zamora (1999), com o narcotráfico inaugura-se o período de terror nas favelas cariocas: toque de recolher, tiroteios, invasão de barracos, balas perdidas e maus tratos de toda ordem.

O entendimento das representações de violência na favela não se restringe a essas três formas que acabam de ser apresentadas, do mesmo modo que elas não são excludentes. Analisando a importância do espaço na construção da subjetividade, Vilhena (2004) mostra como esses territórios marcados, por um lado, pelas práticas truculentas e arbitrárias da polícia e do narcotráfico, e por outro pela ausência de políticas públicas se constituíram, ao longo dos anos, em produtores e reprodutores de identidades. Descreve ainda como as sucessivas experiências de desenraizamento forçadas pelo Estado, através das políticas de remoções e demolições, imprimiram uma instabilidade na identidade e na cultura dessas populações. A autora assinala também como essas pessoas criaram mecanismos, jogando com as identidades possíveis, para enfrentar as dificuldades cotidianas e sobreviver nesses territórios.

“As soluções criadas pelos sujeitos para sobreviver mobilizam um arsenal de recursos que nem sempre estão dentro da legalidade ou, no mínimo, encontram-se em zonas de fronteira. Tais estratégias trazem as marcas do abandono destinado aos indivíduos pobres no plano das políticas públicas”. (Vilhena, 2004, p.98)

Zamora (1999), Vergne (2002) e Vilhena (2004) concordam que atualmente não se fala mais no fim das favelas, porém a imagem de lugar violento é reforçada cotidianamente nos jornais. Para Zamora (1999), a imagem da favela como lugar perigoso deve-se em parte ao destacável papel da mídia na construção de estereótipos para seus moradores, a exposição de notícias negativas tem contribuído sobremaneira para aumento da sensação de insegurança e da identificação dessa parcela da sociedade como violenta. Essa imagem da favela como lugar perigoso também reforça o discurso de guerra contra o tráfico, e justifica as investidas policiais nesses territórios.

Lamentavelmente o espaço da favela tem se constituído, sobretudo nas duas últimas décadas, tanto para a sociedade carioca, como para a nacional, em “sinônimos” de violência, de pobreza, de criminalidade, de perigo e de medo. A consequência desse fenômeno, nos últimos anos, é expressa através do aumento da sensação de insegurança e de medo do que vem (ou poderá vir) da favela, alterando significativamente a vida social no Rio de Janeiro (Vilhena, 2004). Valentim (2005), tratando também da violência urbana e do medo nas favelas cariocas, mostra como a difusão do medo pode servir tanto para justificar políticas autoritárias como o controle social da população marginalizada. A autora aponta ainda como a sociedade tem a necessidade de nomear aquilo que lhe é estranho como algo perigoso, logo, causador de medo. Desse modo, a favela, e tudo que lhe envolve, passa a ser repellido da sociabilidade.

Quando a análise dessas representações de violência se inverte, e os moradores das favelas passam a ser tratados também como agentes da violência, geralmente a sua ação (reação para alguns) é entendida como forma de visibilidade social, ou seja, um modo de chamar atenção para uma violência anterior (Soares, 2005); ou, não muito diferente, como um comportamento que reflete a cultura narcísica da violência (Zamora, 1999). Nesses dois casos, pelo que parece, os sujeitos são mais vítimas do que responsáveis por um comportamento socialmente condenado.

Pela ótica da mídia, os temas em torno da violência são mesmo muito comuns nas favelas cariocas, basta uma rápida observação aos jornais populares para identificar: tráfico de drogas, abuso da polícia, desigualdade social e discriminação racial. Porém, a questão nos parece ainda mais complexa. Acreditamos que, para entender essas representações de violência, especialmente as que envolvem a parcela jovem da população e o “funk proibido”, faz-se necessário uma análise mais profunda sobre as condições culturais, éticas e psicológicas do povo brasileiro, não nos restringindo apenas às causalidades ligadas às condições sócio-econômicas.

Alguns autores têm sugerido que episódios como o longo período de escravidão e governos ditatoriais teria maculado a “alma cordial e pacífica” do brasileiro. Sem minimizar as marcas desprezíveis deixadas por essas duas experiências no corpo, na identidade e no imaginário social, o que se quer evidenciar aqui é que nós vivemos numa sociedade que sempre foi violenta, não sendo essa violência explicada apenas pelas heranças da escravidão e das ditaduras. De certa forma, pode-se afirmar o mesmo para a cidade do Rio de Janeiro, ou seja, que a criminalidade e a violência estiveram sempre presentes no cenário da “Cidade Maravilhosa”. E, diga-se de passagem, isso já acontecia muitos anos antes do narcotráfico se instalar nos morros e favelas da urbe.

Lodi (2005), que nos parece se distanciar do lugar comum no entendimento das representações da violência, recorre a Velho (2000), o qual adverte que para compreendermos o crescimento da violência na sociedade brasileira não devemos nos concentrar apenas na questão da desigualdade social, mas também no fato de essa ser acompanhada de esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente éticos, no sistema de relações sociais. Esse autor enfatiza que a pobreza, tomada isoladamente, não explica a perda dos referenciais éticos dos indivíduos.

A violência identificada no universo do “funk proibido” será tratada neste trabalho como um fenômeno para além de um mero produto resultante da precariedade das políticas sociais que afeta, de modo particular, a população das favelas cariocas, tema este contemplado no excelente trabalho de Zamora (1999). O fenômeno “proibidão” seria situado aqui como um veículo de expressão musical, mas também como um veículo portador de ação e discurso, isto é, de uma forma singular que esses jovens dispõem para mostrar quem são, apesar das

dificuldades e da miséria por eles enfrentadas cotidianamente. Seguindo o mesmo raciocínio, Lodi (2005), que dessa vez apóia-se em Zaluar (2000), ratifica a necessidade de um estudo pormenorizado das teorias de exclusão social, do crime organizado, e do quadro institucional cultural do país. Nesse sentido assinala a autora:

A presença de jovens pobres com poderosas máquinas de extermínio de origem internacional, o acesso às drogas da mesma origem e o fascínio pelo consumo de bens glamourizados pela mídia global *não podem ser explicadas única e exclusivamente pela falta de oportunidades que seriam encontradas no sistema econômico nacional*. [Grifo meu] (Lodi, 2005, p.110).

Além disso, Lodi aponta as dificuldades encontradas em delimitar as fronteiras entre o ilegal, o informal e o formal em alguns estratos da sociedade brasileira. No caso das favelas, essas fronteiras nos parecem bem mais sutis e mutáveis, por isso a autora dá a entender a existência de um certo nível de identificação entre os jovens e os traficantes que dominam essas áreas. Velho (2000) acrescenta que há uma efetiva adesão de parte desses jovens pobres à transgressão, sustentada na crença de que os riscos nela envolvidos são compensados por gratificações sociais. O acesso às drogas e as armas é a base desse estilo de vida que torna possível usufruir uma pauta de bens de consumo e de prestígio, sobretudo entre as mulheres, ou seja, esses jovens preferem uma vida breve mais intensa e repleta de gratificações.

A proximidade física e cultural, os interesses do narcotráfico, e as necessidades da comunidade, acrescida da porosidade que caracteriza as relações pessoais nesses contextos, talvez formem um bom indicativo para entender as razões pelas quais uma manifestação musical, própria dos jovens das comunidades pobres cariocas, tornou-se mais uma “arma” para práticas criminosas.

No primeiro capítulo dessa dissertação, abordarei a história das favelas cariocas, que serve de pano de fundo para proliferação de fenômenos como o “funk proibido”. Mostrarei como a violência, nas suas diferentes representações, esteve sempre presente nesse contexto.

No segundo capítulo, apresentarei como o funk, originário dos Estados Unidos, “filho” do soul e da *black music* se transformou no principal estilo musical da juventude metropolitana do Rio de Janeiro.

Na terceira parte deste trabalho, mostrarei a estreita e longa convivência do funk (o baile, os funkeiros e a música) com diferentes formas de violência na história dessa manifestação cultural.

No quarto e último capítulo, revelarei as circunstâncias históricas e sociais que possibilitaram a união da música com a violência. Apresento o “proibidão”, sua história, seus similares no mundo afora, e as muitas faces que esse fenômeno pode apresentar.